



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

180
V

APELAÇÃO CRIME: Nº 189468-4 – Recife (Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)
APELANTE: **Anete Tereza da Fonseca Brandão**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. NULIDADE DA SENTENÇA. JULGAMENTO *EXTRA PETITA*. IMPROVIMENTO DO RECURSO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Não há que se falar em julgamento além do pedido, já que a sentença examinou o pleito formulado pela vítima e, acertadamente, manteve duas medidas protetivas, determinando à apelante a desocupação do imóvel, sendo esta uma consequência da revogação da medida protetiva concedida liminarmente, a qual determinava o afastamento do réu do lar.
2. Recurso improvido. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *Apelação Criminal* nº 189468-4 da Comarca de Recife, em que figuram, como apelante, **Anete Tereza da Fonseca Brandão** e, como apelado, Ministério Público do Estado de Pernambuco, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade de votos**, em negar provimento ao presente recurso, tudo consoante consta do relatório e votos anexos, que passam fazer parte do julgado.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. **Mauro Alencar de Barros**
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

170

APELAÇÃO CRIME: Nº 189468-4 – Recife (Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)
APELANTE: **Anete Tereza da Fonseca Brandão**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de recurso de apelação interposto por **Anete Tereza da Fonseca Brandão**, em face da sentença de fls. 80/82, que julgou parcialmente procedente o Pedido de Medida Protetiva e tornou definitiva a medida protetiva que determinou a proibição de o réu **Bartolomeu Machado Brandão** se aproximar da ofendida e de manter contato com ela por quaisquer meios de comunicação, até o trânsito em julgado da ação penal nº 0001.2008.018074-5, revogando a determinação do réu se afastar do local de convivência com a requerente e concedendo o prazo de 15 (quinze) dias para que ela, apelante, desocupe o imóvel localizado na Rua Luiz da Câmara Cascudo, 975, Torrões, Recife/PE.

A apelante Anete Tereza da Fonseca Brandão impetrou Pedido de Medida Protetiva alegando que no dia 20/01/2008, por volta das 21:00 hs, o denunciado Bartolomeu Machado Brandão, seu ex-marido, ameaçou-a de causar-lhe mal injusto e grave, qual seja, a morte, além de proferir palavras de baixo calão.

Extraí-se do pedido que a vítima e o denunciado viveram maritalmente durante 47 (quarenta e sete) anos, tendo dessa relação 05 (cinco) filhos, contudo, nos últimos 14 (quatorze) anos viviam separados. No entanto, em face da aquisição de doença óssea, o denunciado voltou a residir com a vítima.

Destaca-se que não foi a primeira vez que a senhora fora vítima de violência por parte do ex-marido, tendo a vítima alegado ter prestado queixa contra ele anteriormente em face da ameaça sofrida quando ele tomou conhecimento da oficialização da obrigação de prestar alimentos a mesma.

My



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

Consta ainda do mencionado requerimento que a vítima alegou que, no dia do fato delituoso em apreço, estava em um clube na companhia do denunciado, o qual, após ingestão de bebidas alcoólicas, afirmou que ela mantinha relações amorosas com homens presentes no local, ameaçando-a de morte, afirmando que ia comprar uma faca peixeira para realizar seu intento, tendo efetivamente adquirido o instrumento, fato que levou a vítima a prestar uma ocorrência policial na Delegacia de Polícia de Repressão aos crimes contra a Mulher.

Em suas razões (fls. 92/96), a defesa requer a nulidade da sentença alegando julgamento *extra petita* ao proferir decisão concedendo prazo de 15 (quinze) dias para a apelante desocupe o imóvel localizado na Rua Luiz da Câmara Cascudo, 975, Torrões, Recife/PE.

Contra-razões do Ministério Público acostada às fls. 111/122, pugnando pelo improvimento do recurso de apelação e manutenção da sentença *a quo* em sua integralidade.

Parecer da Douta Procuradoria de Justiça, acostado às fls. 131/133, opinando também pelo improvimento do recurso interposto e manutenção da sentença em sua .

É o Relatório.

Encaminhe-se à pauta.

Recife, 22 de 08 de 2013.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

776

APELAÇÃO CRIME: Nº 189468-4 – Recife (Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher)
APELANTE: **Anete Tereza da Fonseca Brandão**
APELADO: Ministério Público do Estado de Pernambuco
RELATOR: Des. Mauro Alencar de Barros
PROC. DE JUSTIÇA: Dr. Renato da Silva Filho
ÓRGÃO JULGADOR: Segunda Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Pretende a defesa, no presente recurso, a nulidade da sentença alegando julgamento *extra petita* em face da decisão da Juíza de 1º grau ter concedido à apelante o prazo de 15 (quinze) dias para desocupar o imóvel que a mesma residia com o apelado.

O Ministério Público de primeira instância, bem como a Procuradoria de Justiça em matéria criminal, sustentam que o recurso deve ser improvido.

Inicialmente, concordando com o parecer do ilustre Procurador de Justiça, entendo que não há como ser acolhido o argumento da Defesa, devendo a sentença ser mantida.

Da análise dos autos, verifica-se que, em sede de liminar, as medidas protetivas pleiteadas pela ofendida foram concedidas, quais sejam: afastamento do imóvel de convivência do casal; proibição de aproximação da vítima; e, proibição de manter contato com a vítima por qualquer meio de comunicação.

Ocorre que, a Juíza *a quo*, diante dos documentos acostados aos autos, julgou antecipadamente a lide tendo em vista que restou comprovado que a ofendida, ora apelante, além de se beneficiar com a renda de um outro imóvel locado, pertencente ao casal, recebia uma pensão alimentícia, descontada da aposentadoria do apelado.

Assim, a Magistrada decidiu acolher a pretensão do réu e revogou a medida protetiva referente ao seu afastamento do imóvel, uma vez que não teria sentido a vítima receber o aluguel de um imóvel, a pensão alimentícia e ainda permanecer no outro imóvel, enquanto o acusado, com sua saúde evidentemente debilitada, ficaria sem imóvel próprio para morar. Ademais, ante a impossibilidade de convivência do casal,

MX



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMBARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS

177

concedeu ainda à apelante o prazo de 15 (quinze) dias para desocupar o imóvel e o réu poder retornar ao lar, mantendo as medidas protetivas de proibição do réu se aproximar da vítima e proibição de manter contato com a mesma por qualquer meio de comunicação

Pois bem. Como se vê, não há que se falar em julgamento além do pedido, já que a sentença examinou o pleito formulado pela vítima e, acertadamente, manteve duas medidas protetivas, determinando à apelante a desocupação do imóvel, sendo esta uma consequência da revogação da medida protetiva concedida liminarmente, a qual determinava o afastamento do réu do lar.

Ressalte-se que a apelante recebia pensão alimentícia e uma renda decorrente do aluguel de um imóvel do casal há mais de uma década, além disso, estava separada do acusado há quase 15 (quinze) anos e residia em outro imóvel por todo este período de separação, vindo a coabitar com o mesmo após este ficar doente.

Portanto, entendo que a decisão da Juíza sentenciante encontra-se pautada em elementos fáticos e de direitos, e atingiu o objetivo da demanda, visto que proibiu o contato entre a vítima (apelante) e agressor (apelado), colocando um fim na convivência do casal.

Ante o exposto, em consonância com o parecer da Procuradoria de Justiça, voto no sentido de **negar provimento à apelação**, mantendo-se a sentença em todos os seus termos.

Recife, 25 de 09 de 2013.


Des. Mauro Alencar de Barros
Relator